

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: INDICAÇÕES PARA PROGRAMAS DE PREVENÇÃO

**Maria Suzana De Stefano MENIN¹
Zilda Lopes ZANDONATO²**

RESUMO: O presente artigo aponta algumas das características e causas da violência escolar, em geral e na cidade de São Paulo, mais evidenciadas pela imprensa. A seguir expõe programas de prevenção à violência escolar que foram descritos na Revista de Educación (1997), a qual apresentou uma coletânea de artigos sobre o tema, discutidos na Conferência Européia sobre Segurança nas Escolas, realizada em Utrech (Países Baixos) em fevereiro de 1997. Finalizando, são tecidas considerações sobre os elementos essenciais para programas de prevenção escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Escolar; Programas de Prevenção à Violência

ABSTRACT: SCHOOL VIOLENCE: INDICATIONS OF PREVENTION

This article introduces some of the characteristics and causes of school violence most exhibited by the media, in general, and in the city of São Paulo specifically. It follows exposing the programs to prevent school violence described in Revista de Educación (1997), which brought up an anthology of the articles on this subject debated during the European Conference for School Safety, held in Utrecht (Netherlands), February, 1997. Finally, some essential aspects of a program to prevent school violence are analyzed.

KEY-WORDS: School Violence; Prevention Programs of Violence; Agressivity in the School; Social Exclusion

Violência na escola: indicações para programas de prevenção

Segundo matérias publicadas em jornais e reportagens transmitidas pelos meios de comunicação, observamos que aumentam os casos e relatos em que alunos estão cada vez mais agressivos, parecendo reproduzir, na escola, as situações vividas cotidianamente em contato com o mundo adulto. É cada vez mais comum observarmos cenas de insultos verbais, agressões físicas, desrespeito e provocações que acabam

envolvendo alunos e, por vezes, professores, como agressores, vítimas e também espectadores de situações de violência. Em casos mais graves, os conflitos dentro da escola concretizam-se em depredações, ameaças e assassinatos.

Tendo em vista a atenção dada ao fenômeno pela imprensa e a preocupação e o envolvimento dos pais e educadores nesta questão; este artigo, através de informações advindas de fontes da imprensa escrita, em o objetivo de desencadear uma análise do fenômeno de forma geral e, de expor experiências de outros países no que se refere a violência escolar.

¹ Departamento de Educação - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - Estado de São Paulo - Brasil.

² Discente do 5º ano do Curso de Pedagogia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - Estado de São Paulo - Brasil.

A Folha de São Paulo, que publicou diversas matérias a respeito destes casos em 1999, em 9 de fevereiro de 2000 aponta que: “Não há dados oficiais, mas foram divulgados pela imprensa pelo menos 24 casos de mortes em

estabelecimentos de Ensino em São Paulo no ano passado”. Segundo dados apresentados por este jornal temos os seguintes percentuais do total de casos de violência escolar na cidade de São Paulo, em 1999:

Quadro 1: Porcentagem de ocorrências de violência escolar em 1999, nas escolas da cidade de São Paulo.

Depredações	72.3
Brigas	62.21
Pichações Externas	53.05
Arrombamentos	50.47
Pichações Internas	49.77
Explosão de bombas	48.36
Tráfico de drogas perto ou dentro da escola	44.84
Furtos	35.92
Danificação de veículos	35.92
Invasão por estranhos	29.58

Não são relatados neste quadro o percentual de agressões e insultos verbais dirigidos a colegas de escola, professores e funcionários da escola; fatos corriqueiros no cotidiano escolar. Dos casos relatados no Quadro 1, 44% ocorreram à noite, 20% à tarde, 14% ocorreram em todos os turnos, 12% de manhã, 10% ocorreram nos fins de semana, segundo fonte da Udemo (Sindicato de Especialistas em Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo), publicada na Folha de São Paulo dia 09/02/2000. O que estaria contribuindo para o aumento de violência nas escolas?

Segundo fala de Roseli Fishmann, professora de pós graduação em Educação da USP e coordenadora do manual “Direitos Humanos no Cotidiano”, a responsabilidade sobre a violência nas escolas é dos adultos.

“(…) nós adultos, não fornecemos modelos dignos de vida adulta. Deixamos de praticar formas não violentas de solução de conflitos, deixando imperar a puxada de tapete. Apenas uma ação solidária, norteadora de um projeto de educação para a sociedade como um todo pode contrabalançar os efeitos perversos das injustiças” (Folha de São Paulo, 05/05/99).

Para dois especialistas franceses que estiveram no Brasil para debater o problema, a causa da violência nas escolas é a exclusão social. Bernard Charlot, filósofo e sociólogo da Universidade Paris VIII, na França afirmou: “Exclusão e violência estão indiretamente

relacionados. Os problemas sociais geram um clima de tensão. Basta acender um fósforo e tudo explode” (Folha de São Paulo, 09/08/1999)

O sociólogo Eric Debarbieux, que desde 1983 desenvolve um estudo envolvendo 25 mil estudantes afirmou nesta mesma matéria, que: “A violência nas escolas não se limita às ocorrências policiais (...) a violência existe em todas as democracias liberais e é gerada por esse modo de organização social, que intensifica as desigualdades”

O aumento da violência escolar provocou muitos debates no ano de 1999 e, as justificativas para a sua ocorrência são diversas. O professor titular de Psicologia do Desenvolvimento da USP, Lino de Macedo e a Secretária da Educação do Estado de São Paulo, Rose Neubauer, em entrevista cedida à Folha de São Paulo, de 10 de maio de 1999, defenderam que um dos fatores que provocou o aumento da violência escolar foi a democratização do ensino, ou seja, a inserção de diferentes grupos sociais num mesmo espaço de convivência, gerando conflitos.

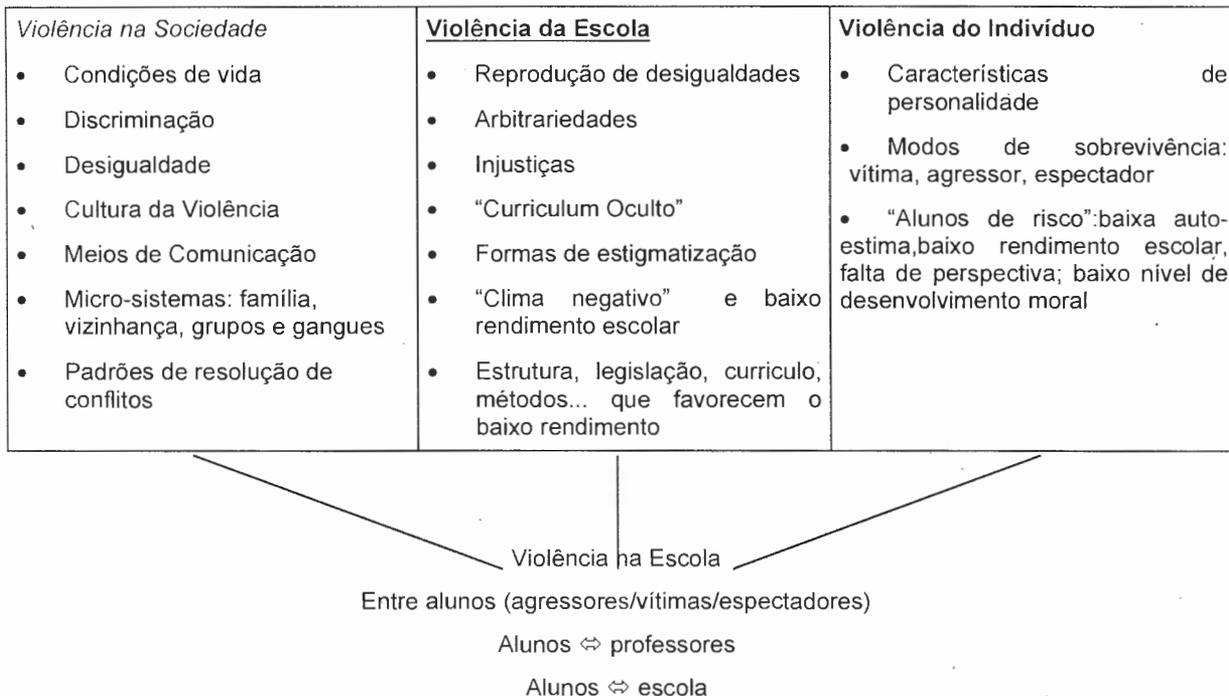
Júlio Groppa Aquino, professor da Faculdade de Educação da USP, nesta mesma matéria, foi além e afirmou: “É comum que as escolas adotem códigos de normas rígidos que exigem a obediência dos alunos porque era assim que ela era boa. Mas, esse é um modelo do passado. É preciso trabalhar dentro de uma perspectiva de inclusão.”

Deste e de outros debates divulgados pela imprensa escrita pode-se concluir, portanto,

que o aumento da violência escolar não é consequência de apenas um fator. Acreditamos, com Macedo e Neubauer que a inserção de alunos de diferentes origens, níveis sócio-econômicos e valores possa contribuir para o aumento da violência; no entanto, supomos que esse fato se agrave quando se constata na escola, uma política excludente para com os "alunos-problema, isto é, aqueles que se diferenciam muito dos alunos ideais aspirados pelos professores. Além disso, a relação entre violência social e violência escolar é

complexa. Não se pode generalizar a consideração de que todos os casos de violência escolar originem-se diretamente da violência social. Por um lado, a escola tem suas próprias formas de violência e, por outro, os alunos podem exibir perfis mais ou menos agressivos que não foram desenvolvidos na ou pela escola. Diante das informações relatadas é possível montar um quadro que apresenta um conjunto de variáveis a se considerar sobre violência e escola.

Quadro 2: Complexo de variáveis relacionadas à violência escolar



O Quadro 2 apresenta três conjuntos de fontes de violência : a sociedade, a escola e o próprio indivíduo que devem ser considerados para se compreender as possíveis origens da violência escolar. À direita sob o título de Violência na Sociedade são citados fatores sociais que provocam diferentes tipos de violência. É reconhecido que a sociedade brasileira oferece para a maioria de sua população péssimas condições de vida, o que é em si, um fator de violência. Em artigo de 13/07/99, Daniela Falcão na Folha de São Paulo, evidencia-se que o Brasil situa-se em septuagésimo oitavo lugar entre os países classificados com relação às condições de vida oferecidas (Estes dados podem ser encontrados no endereço www.ipea.gov.br). Entre nossos baixos escores estão a mortalidade infantil, alto índice de analfabetismo, baixa média de escolarização, condições ruins de moradia, de saúde, etc. Ressalta-se, também, como violência de nossa sociedade a discriminação e extrema

desigualdade entre as classes sociais. No mesmo artigo (Falcão, 1999) indica-se que estamos entre os cinco piores países do mundo em termos de distribuição de renda. Assim, embora saibamos que pobreza não é causa de violência, entendemos que as condições que cercam a pobreza, como o desemprego, a marginalização daí decorrente, as formas ilegais de sobrevivência que podem derivar da miséria, desembocam, freqüentemente, em violência. Foi o que apontamos, também, como micro-sistemas de violência: dentro da família, na vizinhança, nas gangues ou grupos de jovens, onde podem prevalecer formas de relações sociais nas quais se apela para violência como a forma de resolução de conflito. Ainda como um fenômeno social, apontamos a cultura da violência que existe em nossa sociedade, seja de forma generalizada, como a freqüente divulgação pelos meios de comunicação de atos violentos os mais diversos como notícias atraentes, ou de programações de

- melhorar a convivência na escola entre alunos e professores;

- priorizar o trabalho coletivo e ter uma direção interessada em favorecer o desenvolvimento da unidade escolar e solucionar seus problemas.

Outros países apresentam diferentes políticas, como relata Éric Debarbieux sobre a experiência na França (1997). Lá foram criadas as Zonas de Educação Prioritárias (ZEP) de Desenvolvimento Social dos Bairros e o Desenvolvimento Social Urbano, que são locais onde se torna prioritária a necessidade de intervenção de programas anti-violência. Neste país, as medidas tomadas em relação à educação têm a intervenção do Estado que tem buscado investir na formação inicial dos professores e fazer a conexão entre os diferentes serviços afetados (em especial, a polícia e a justiça) e os pais dos alunos. Há anos atrás, a polícia era vista como muito repressiva pelos professores franceses; hoje, segundo Debarbieux (1997) é um serviço cada vez mais requisitado e a repressão tornou-se cada vez mais forte.

Funk (1997) descreve programas de controle da violência escolar na Alemanha e afirma que existem atuações a nível governamental (campanhas anti-violência), municipal (formação continuada de professores, emprego juvenil, políticas sociais e culturais, ofertas para atendimento às famílias) e escolar. A Comissão Anti-violência do Governo Federal da Alemanha colocou seis teses com quatorze propostas contra a violência nas escolas:

1A tese: quanto a configuração da escola como instituição, recomenda-se maior assunção de responsabilidade por parte dos alunos e professores para com sua própria escola; maior responsabilidade dos estudantes pelos danos que produzem na escola; maior igualdade das oportunidades, maior apoio aos estudantes com problemas;

2A tese: quanto ao aspecto educativo na escola, melhorar os fatores que facilitem o cumprimento desta função, tais como: o fomento da consciência jurídica e democrática, capacidade de crítica construtiva, orientação a resolução pacífica de conflitos para a qual se sugere a implantação de uma disciplina sobre formação jurídica básica;

3A tese: quanto à idade dos alunos, sugere-se uma proporção adequada entre conteúdo conceptual e alcance social e emocional das matérias, sem esquecer da pedagogia sobre sexualidade;

4A tese: sobre agressividade e esportes, propõe-se aumento de horas para a prática esportiva e a promoção de jogos;

5A tese: com relação à atitude dos professores frente as brigas, considera-se necessário dar ao professor melhor formação sobre os aspectos socio-psicológicos da

adolescência , reduzir a passividade dos mesmos frente as brigas dos alunos e a criação de grupos de intervenção;

6A tese: sobre socialização política nas escolas , se propõe a reconfiguração dos conteúdos curriculares para poder abordar as múltiplas situações de conflito que se produzem nas sociedades modernas industrializadas.

No campo específico da escola, os programas anti-violência se propõem a recuperar uma das funções educativas básicas da escola: a transmissão de normas e valores sociais e a formação de capacidade sociais. No setor preventivo-pessoal da violência, a escola se propõe a dar apoio ao rendimento escolar dos alunos e a fomentar a aprendizagem dos mesmos em habilidade sociais; a nível preventivo-social todos os membros da escola se propõem a melhorar o ambiente social da escola, a dar uma configuração transparente e equitativa das oportunidades e a maximizar as possibilidades de participação dos alunos na vida escolar.

Estudando o caso dos Países Baixos (Holanda), Mooij (1997) coloca que em relação à conduta anti-social, quando esta já está ocorrendo, se requer um tratamento direto e a intervenção vai depender da situação, da idade dos alunos implicados, do número de alunos, do grau de compreensão sobre a própria conduta que o aluno pode ter e da disponibilidade de ajuda para intervir. Mooij propõe as seguintes medidas:

- deter o comportamento anti-social;
- oferecer apoio à vítima;
- informar à direção da escola ou à polícia sobre os responsáveis pelos atos.
- Os alunos devem ser capazes de fazer uma avaliação da própria escola, dos professores, da administração, dos pais e de outros alunos.

A escola deve tomar as seguintes medidas para prevenir a violência, segundo Mooij (1997):

- ter um tutor confidencial;
- manter um comitê de queixas;
- manter pais e alunos informados;
- utilizar materiais didáticos adequados;
- providenciar um plano de saúde e de segurança (que inclui o estabelecimento de procedimento de reclamação e atuação da polícia nas escolas);
- incrementar simpósios, teatros, vídeo e concursos com temas anti-violência;
- instalar um telefone nacional de

socorro;

- manter projetos de serviço social.

Há, ainda na Holanda, políticas nacionais que incentivam campanhas que incluem projetos onde as escolas primárias são capacitadas a identificar o abuso sexual. Sabe-se, porém, que as campanhas de educação efetivas e continuadas são mais eficazes que as realizadas periodicamente, apenas através de meios de comunicação. Entre essas campanhas destacam-se a utilização de material educativo sobre o violência, cursos e desenvolvimento de um programa de computador sobre o tema para uso dos alunos; elaboração de tópicos que podem melhorar a escola e a instituição; criação de fundos destinados a estudar os níveis de agressão, violência e abuso sexual por parte de quem trabalha na escola.

Existem, também, segundo Mooij (1997), a preocupação e necessidade de preparar os professores como atuantes no estabelecimento de relações sociais saudáveis, sem violência. Para tanto, busca-se:

- conscientizar os professores sobre os aspectos sociais a serem considerados no desenvolvimento do aluno e sobre as relações professor-aluno;
- estabelecer a construção de normas por professores e alunos, discutindo a conduta real e a desejada;
- generalizar as regras e normas sociais estabelecidas à toda e qualquer situação escolar;
- criar um clima escolar positivo, atentando-se à didática e às normas sociais.

Em síntese, destacamos algumas características comuns aos programas de prevenção à violência em diferentes países:

- a preocupação com o controle da violência é nacional, municipal e escolar; são

criadas organizações nestes vários âmbitos com um mesmo objetivo e cada uma destas organizações deve ter cara a sua proposta anti-violência todas elas devem estar inter-relacionadas. Dessa forma a prevenção anti-violência torna-se eficaz por ser um projeto amplo que abarca todas as situações problemas e, principalmente, recebe apoio de vários campos para desenvolver um bom trabalho;

- a formação inicial e continuada dos professores é reconhecida como peça-chave para o controle da violência;

- investem-se em projetos que despertem maior sociabilidade e sentimento de amizade entre os alunos e projetos de cunho pedagógico que incrementem o desenvolvimento de valores sociais e a participação ativa e responsável do aluno para a construção de um ambiente escolar harmônico:

- o trabalho coletivo entre escola- alunos-pais- comunidade é considerado obrigatório e não se dispensa, também, a assistência judicial;

- há projetos "curativos" para os casos de violência que já estão ocorrendo e que são tratados individualmente e, também, há medidas preventivas nos diferentes níveis nacional e local (na unidade escolar).

Através destes relatos podemos ter como um indicativo básico o de que a questão do controle da violência escolar, para ser eficaz, deve acontecer em vários âmbitos. Para tanto, o trabalho almejado deve ser coletivo envolvendo também todos os setores, aspectos e sujeitos desse contexto, ou seja, alunos, professores, pais, comunidade, a escola de maneira geral e também, o apoio policial. Este último, entretanto, não pode se reduzir a ações coercitivas ou repressivas nas escolas pois isto, por si só, tem se mostrado ineficaz e prejudicial. O que se deve buscar, planejar e propor - como se evidenciam nos vários programas examinados - são ações e projetos que eduquem para a anti-violência escolar. Apresentamos a seguir o Quadro 3, que sintetiza todos os âmbitos em que devem acontecer os programas de prevenção à violência escolar.

Quadro 3: Níveis dos programas de prevenção da violência escolar

NÍVEIS	TIPOS DE ATUAÇÃO
Projeto Pedagógico, Legislação escolar, Planos de Ação	Sistema comum de normas e valores partilhados, construídos democraticamente
Professores: Metas e Valores da Educação	Explicitar e discutir metas e valores
Professores Metodologia e Conteúdos de Ensino	Receber formação constante Favorecer o rendimento escolar Incluir ética como tema
Professores Relações com os alunos	Incrementar "clima positivo": relações de respeito mútuo, regras claras; Auxiliar na construção de identidades sociais saudáveis, Assumir modelos construtivos, oferecer presença constante, tutorias, conselhos.
Alunos	Avaliar periodicamente a escola, expressar necessidades, demandas; Desenvolver auto-estima e habilidades sociais: auto-conhecimento, empatia, crítica, diálogo, solidariedade, respeito mútuo, justiça... Envolver-se em grêmios, conselhos...
Comunidade	Estabelecer redes de auxílio contra a violência: pais, assistência social, polícia...

No Quadro 3 podemos observar que o controle da violência deve ocorrer em diversos níveis: nos projetos pedagógicos da escola e seu regulamento, na metodologia pedagógica dos professores e sua postura nas relações com seus alunos; no conceito que os alunos têm da escola e no conceito de si mesmos; na comunidade em suas várias instituições e espaços. Em cada um desses níveis há elementos essenciais para a promoção de relações humanizadas, não-violentas. O projeto pedagógico da escola, por exemplo, pode conter um sistema comum de normas e valores, periodicamente revisto e discutidos com a comunidade escolar. Os professores devem ter claros suas metas e valores onde a violência deve comparecer como contravalor; os professores precisam, também, estar conscientes que são modelos para seus alunos, queiram ou não, e podem assumir, de forma mais intensa, um papel de tutor. As metodologias de ensino devem garantir um bom rendimento escolar para todos os alunos e não para uma minoria.

Quanto aos alunos, no Quadro 3 enfatizamos que devem ser levados a avaliar mais freqüentemente sua escola, de forma que possam expressar, de maneira construtiva, suas queixas e necessidades. As atividades da escola devem levá-los a construir conceitos positivos de si mesmos, e incentivar o desenvolvimento de habilidades sociais tais como: a empatia, a crítica, o diálogo e outras.

Quanto à comunidade, não podemos deixar de destacar aquilo que tem sido consenso em todos os estudos sobre violência escolar: a importância do envolvimento da comunidade, e nela principalmente dos pais dos alunos, em projetos anti-violência, ou melhor, em projetos de vivência de relações sociais saudáveis.

No Brasil e, especificamente em São Paulo, políticas anti-violência começam a ser discutidas por políticos e educadores.

Segundo fonte da Udemo (Sindicato de

Especialistas em Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo), em uma reunião com diretores de 520 escolas de São Paulo, das sugestões dadas para o controle da violência destacaram-se as seguintes:

- a proposição de projetos de conscientização e valorização da escola envolvendo pais, alunos e comunidade, - 45,38%
- uso de uniforme- 37,12%
- contratação de vigias, porteiros, inspetores – 30,96%
- instalação de centros de lazer na escola – 30,58%
- aumento de policiamento – 28,46%

(Folha de São Paulo, 09/02/2000)

Notamos, que os diretores das 520 escolas não citaram mudanças no Projeto Pedagógico da escola com a revisão dos objetivos e meios da educação; e, sabemos que estas são peças fundamentais nas práticas de exclusão e no incremento da violência.

As primeiras conclusões a que chegaram onze especialistas na área de infância e da juventude para uma futura proposta de intervenção e combate à violência juvenil, foram tiradas em uma reunião promovida pela Folha de São Paulo, no dia 10 de maio de 1999 e relatada por Alessandra Blanco em 11 de maio de 1999: "A violência nas escolas não é uma epidemia; vem aumentando nos últimos dez anos, mas tem solução. Isso, se for possível conciliar uma maior capacitação dos professores com a participação da comunidade na escola e dar voz aos próprios alunos".

Segundo fonte da Polícia Militar, em matéria de Daniela Falcão na Folha de São Paulo de 1 de julho de 1999, algumas experiências anti-

violência têm acontecido e têm se mostrado bem sucedidas; por exemplo:

- projeto “Se liga, galera” (DF), propõe discussões, grupos de leituras, oficinas e recreios orientados;
- projeto “Paz” – Vila Brasilândia (SP), realizou a reconstrução de uma escola com a ajuda da comunidade e desenvolveu diversas atividades sobre este tema;
- projeto “Construa seu Grêmio Livre” – Guarujá (SP), organizam-se grêmios com atividades esportivas e culturais e marchas pela paz;
- projeto “Ação Voluntária Estudantil Renovada” Curitiba (PR), com alunos de 7ª e 8ª série participaram de mutirões para atuar em creches, hospitais pediátricos e asilos;
- projeto “Mobilização para a Paz” – Belo Horizonte (MG), associação de pais, mestres, alunos e colaboradores de uma escola promoveram seminário sobre violência com exibição de filmes e discussões envolvendo alunos, pais, professores, polícia militar, historiadores e psicólogos. Os pais e alunos participam da gestão da escola e há tratamento odontológico gratuito aos alunos.

Nesta mesma matéria de julho de 1999, o Consed (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação) apontou algumas medidas que devem ser tomadas pela escola, tais como:

- identificação das situações que geram violência e a busca em atrair os alunos considerados mais violentos para a escola com atividades esportivas e culturais extra classe;
- apelo à polícia somente quando as possibilidades de intervenção pedagógicas forem nulas;
- a participação dos pais, alunos, professores e comunidade na sugestão de maneiras de intervenção;

No Brasil, a nível nacional, têm sido realizadas campanhas isoladas, em determinados Estados, cidades e até unidades escolares.

Em junho/1999 foi lançada pelo MEC, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Consed e Unicef, entre outros, uma campanha de mobilização nacional, a “Convocação Nacional pela Educação para a Paz”. Os organizadores levantaram metas que se comprometeram a cumprir em 2000. Estão entre as metas: treinar professores com técnicas de enfrentamento da

violência, incentivar a organização de grêmios e apoiar experiências bem sucedidas de promoção da paz nas escolas.

Em Presidente Prudente, cidade do interior do Estado de São Paulo, durante o Saber 97 – 1º Congresso e 1ª Feira Regional de Educação – foram realizadas discussões e lançado o Projeto Crescendo/formando, centrado em temas como a valorização da auto-estima dos alunos, desenvolvimento do auto conceito e habilidades da criança, tendo o objetivo de dar base mais sólida à formação do caráter do aluno, fornecendo subsídios para que este faça melhores escolhas no futuro. (“O Imparcial”, 7 de agosto de 1997). Ainda nesta cidade, em maio de 1999, a Apeoesp (Associação de Professores do Estado de São Paulo), lançou a campanha “Violência na Escola – Não”, devido à diversos fatos que aconteceram envolvendo escolas da cidade. Entre eles, a denúncia de que havia um aluno portando arma em uma escola fez com que policiais fossem chamados para uma “revista” nos alunos. Essa ação, porém, ocorreu de uma forma que foi considerada abusiva e irresponsável, infringindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diante desse fato, várias discussões foram feitas e a intervenção de policiais nas escolas passou a ser mais restrita na cidade.

Após essas exposições, pudemos retratar, de maneira geral, o contexto da violência escolar e discutir possíveis fatores de origem da mesma e medidas a serem tomadas. Concluímos que o ser humano têm necessidade de expressar o que sente, que deve ter respeitado o espaço em que possa manifestar suas emoções e que a escola pode ser um lugar que socialize os alunos de forma que se expressem de maneiras não agressivas. Se o aluno encontra uma escola excludente, injusta, preconceituosa, onde ele não tem meios ou espaço para se expressar, ele terá grandes propensões ao fracasso; resistirá à essa instituição que o inibe, que o ignora e não o respeita. Dessa forma, ele pode desenvolver pela escola uma relação que é misto de amor e ódio. Amor, se encontrar um espaço onde possa buscar formas de sobreviver e de sucesso profissional e pessoal. É, muitas vezes, na escola que são colocados sonhos e onde se encontram amigos. Ódio, por que a instituição da qual se espera obter sucesso, o rejeita e não lhe dá oportunidades de sobreviver ou crescer, e onde as relações com professores e funcionários podem ser danosas.

A escola abriu as suas portas sim; as matrículas estão sendo feitas. Porém, não deixou de ser excludente pois sua organização pode ocorrer de tal forma que promove o fracasso do aluno. Uma escola inclusiva deve ter como objetivo e proposta de intervenção à violência o desenvolvimento, nos alunos, de motivação, possibilidades e capacidade de poder ser não-violento. Resumimos essa idéia no Quadro 4.

Quadro 4: A escola como lugar de não-violência para o aluno

Querer ser	Poder ser	Saber ser	Não Violento
(auto respeito, respeito mútuo, pertinência)	(ser considerado em outras formas de atuação)	(saber resolver conflitos de outras formas), ter habilidades sociais.	

No Quadro 4 indicamos que programas de prevenção à violência escolar devem deixar muito claro para todos os membros da escola e da comunidade que a cerca, que a violência é um contra-valor, isto é, que a escola é um lugar onde conflitos, que são inevitáveis em qualquer relação humana, podem ser resolvidos por meio do diálogo e mantendo-se relações sociais de respeito mútuo, de solidariedade, de justiça, e não por meio da violência. Estes são os valores – respeito mútuo, solidariedade e justiça – mais afirmados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Ética (1999).

Para que a escola seja lugar de não-violência é necessário que os alunos possam querer – poder – saber ser – não violentos. Ou seja,

é preciso que os alunos (e também todos os demais participantes da vida escolar) estejam motivados a usar outras formas de relacionar-se que não as violentas. Isto só ocorre se houver auto-respeito, respeito aos outros e sentimento de pertinência ao grupo, ou seja, à escola que se quer ver preservada. Para poder ser não-violento, o aluno precisa ser considerado em suas demandas e necessidades expressas de diversas formas. Muitas vezes a violência é o canal de expressão daqueles que nunca foram ouvidos em outras linguagens. Finalmente, é necessário saber ser não violento e poder continuar a reivindicar necessidades. Não se pode negar que também é tarefa da escola ensinar a relacionar-se com os demais, de forma construtiva, mesmo em situações de conflito de interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVANCINI, Marta. Exclusão social é causa de violência nas escolas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de agosto de 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais.- Ética*. Brasil: MEC/SEF, 1998.
- CAMPART, Martina, LINDSTRÖM, Peter. Intimidación y violencia en las escuelas suecas: una reseña sobre investigación y política preventiva. *Revista de Educacion*, n. 313, p. 95-119, 1997.
- DEBARBIEUX, Éric. La violencia en la escuela francesa: análisis de la situación, políticas públicas e investigaciones. *Revista de Educacion*, n. 313, p. 79-93, 1997.
- FALCÃO, Daniela. ONU critica má distribuição de renda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 de julho de 1999.
- FALCÃO, Daniela. Comissão critica uso da PM em escolas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de julho de 1999.
- FUNK, W. Violencia escolar en Alemania. *Revista de Educacion*, n. 313, p. 53-77, 1997.
- GOIS, Antônio. Cresce violência em escolas, diz estudo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de fevereiro de 2000.
- MERCHÁN, J. A. M., RUIZ, R.O. Agressividad y violencia: el problema de la victimización entre escolares. *Revista de Educacion*, n. 313, p. 12-26, 1997.
- MOOIJ, Ton. Por la seguridad en la escuela. *Revista de Educacion*, n. 313, p. 27-49, 1997.
- NETTO, Gelson. P. P. tem saída para crise na Febem. *O Imparcial*, Presidente Prudente, 28 de setembro de 1999.